



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná

UASG Nº 987689

Número da Compra no Compras Net Nº 90018/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2026

1. PREÂMBULO.

1.1. **O MUNICÍPIO DE MARILUZ, ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob n.º 76.404.136/0001-29, sediado à Avenida Marília, nº 1920, bairro Centro, Mariluz-PR, representado por seu Prefeito Municipal Paulo Armando da Silva Alves, conforme autorização expedida no Processo n.º 088/2026, torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO-REGISTRO DE PREÇOS**, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14.133 de 1º/04/2021, Decreto de Regulamentação Municipal nº 2.374 de 07/03/2023 e Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014, do tipo do tipo **MAIOR DESCONTO POR ITEM – COM BASE NOS PREÇOS MÉDIOS DE REVENDA, TABELA SEMANAL, MUNICÍPIO DE REFERÊNCIA UMUARAMA-PR.**

12. É pregoeira deste Município: Juliana Gaspar Felipe, matrícula nº 202389, designada pela Portaria nº 210, de 19 de novembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Município nº 13.176, de 22 de novembro de 2024.

13. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras, conforme datas e horários definidos abaixo:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	ATÉ 08h59 DO DIA 23/06/2026
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	09h00 DO DIA 23/06/2026

14. Os esclarecimentos sobre este Edital somente serão respondidos quando solicitados a Pregoeira, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo ser endereçados ao e-mail: juliana@mariluz.pr.gov.br

15. As respostas aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio da Prefeitura Municipal de Mariluz, no link Portal de Transparência – Licitações/Administração, bem como no endereço: www.gov.br/compras, para ciência de todos os interessados.

1.5.1. A Pregoeira decidirá sobre o esclarecimento no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

16. Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no Diário Oficial do Município “Jornal Umuarama Ilustrado” e no Portal de Transparência, acessível no sítio eletrônico do Município no seguinte endereço: <http://mariluz.pr.gov.br/> e disponibilizados também no endereço: www.gov.br/compras.

17. As comunicações dirigidas por meio eletrônico ao representante do licitante suprem, para todos os efeitos, o dever de comunicação por parte do Município de Mariluz, nas quais a publicidade será efetuada através do Diário Oficial do Município “Jornal Umuarama Ilustrado” e no Portal de Transparência, no sítio <http://mariluz.pr.gov.br>.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

2. OBJETO.

2.1 Registro de preços destinado a aquisição de Óleo diesel comum, Óleo diesel S10, Etanol, Gasolina comum e Arla, sendo o abastecimento na bomba da empresa vencedora, devendo ocorrer na sede do Município de Mariluz-PR, conforme descrição contida no termo de referência.

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. PREÇO MÁXIMO.

3.1. O preço máximo para este certame é de R\$ 3.370.350,00 (três milhões, trezentos e setenta mil, trezentos e cinquenta reais)

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

4.1. As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até as 17:00 horas do dia 18/06/2026, três dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

4.2. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida a Pregoeira, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolada na Divisão de Licitações, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 08h00 às 17h00, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: juliana@mariluz.pr.gov.br

4.3. A impugnação será julgada em até 03 (três) dias úteis, a contar da data do seu recebimento e a resposta será publicada no

4.4. Diário Oficial do Município “Jornal Umuarama Ilustrado”, e disponibilizada no sítio <http://mariluz.pr.gov.br> no link Portal de Transparência – Licitações/Administração, bem como no sítio www.gov.br/compras.

4.5. Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.

4.6. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

5.1. Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Pregão:

5.1.1. Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e VI do art. 13 da Lei nº 14.133/21.

5.1.2. Na presente licitação é vedada a participação de empresas impedidas de licitar, constantes do cadastro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

5.1.3. Empresas punidas com a sanção prevista no item anterior, durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado;

5.1.4. Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão;

5.1.5. Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

5.1.6. Empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;

5.1.7. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

5.1.8. Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

5.1.9. Cooperativa de mão de obra;

5.1.10. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

6. CREDENCIAMENTO.

61. Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br.

62. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Mariluz responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

63. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma Eletrônica.

64. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

65. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

71. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio www.gov.br/compras, antes da abertura da sessão pública.

72. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

73. A apresentação das propostas e dos documentos de habilitação implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

74. Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

81. A partir das 09h00 horas do dia 23 de junho de 2026, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.gov.br/compras, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

82. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

83. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

84. Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, sejam omissas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

85. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

86. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

87. Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. FORMULAÇÃO DOS LANCES.

91. Será adotado, para o envio de lances, o modo de disputa aberto.

92. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

93. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

94. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

95. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

96. Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito da classificação final.

97. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

98. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto

99. A prorrogação automática de que trata o subitem anterior terá duração de 02 (dois) minutos, período este que será renovado sucessivamente sempre que houver lances antes de seu término, inclusive lances intermediários.

910. Caso não sejam ofertados novos lances no prazo de 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente.

911. Encerrada a sessão pública, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa e em prol da consecução do melhor preço, admitir o reinício da fase de lances.

912. O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência

913. Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública;

914. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

9.15. Caso a desconexão do Pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

101. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/21, seguido da aplicação do critério estabelecido nos incisos do I ao IV do art. 60º da Lei nº 14.133/21.

102. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

103. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. NEGOCIAÇÃO.

11.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

121. A proposta deverá conter:

12.1.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

12.1.2. Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

12.1.3. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

12.1.4. Prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da licitação.

122. A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

123. A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

124. A apresentação da proposta implicará:

125. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

12.5.1. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização da Secretaria de Obras e Viação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

131. O critério de julgamento da presente licitação é o de MAIOR DESCONTO POR ITEM – COM BASE NOS PREÇOS MÉDIOS DE REVENDA, TABELA SEMANAL, MUNICÍPIO DE REFERÊNCIA UMUARAMA-PR.

132. Na hipótese de inexistência ou indisponibilidade da Tabela Semanal de Preços de Referência do Município de Umuarama/PR para determinado período, será adotada, subsidiariamente, a Tabela Semanal de Preços de Referência do Município de Campo Mourão/PR, observando-se os mesmos critérios de apuração e divulgação dos valores.

14. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

141. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

142. Será concedido o prazo de 02 (duas) horas para apresentação de proposta ajustada, juntamente com os documentos de habilitação que não estiverem anexados no SICAF, sob pena de desclassificação.

143. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

144. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

145. Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

146. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

147. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma dos incisos I e II do artigo 64 da Lei n.º 14.133 de 2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

14.7.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

14.7.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.7.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

14.7.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

14.7.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.7.6. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

14.7.7. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

14.7.8. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

14.7.9. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

de suprimentos, supermercados e fabricantes;

14.7.10. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

14.7.11. Estudos setoriais;

14.7.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.

14.7.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

148. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

149. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

1410. A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

1411. Serão também desclassificadas as propostas:

14.11.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

14.11.2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;

14.11.3. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

14.11.4. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação.

14.11.5. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

1412. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

1413. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

15. HABILITAÇÃO.

151. Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

152. A documentação será analisada através do SICAF.

153. Após a etapa de lances, a Pregoeira solicitará aos vencedores através da Plataforma Compras.Gov o envio de documentos que não estiverem contidos no SICAF.

154. Será concedido o prazo de 02 (duas) horas, para o envio de anexos.

155. PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE JURÍDICA:

15.5.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

15.5.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores

15.5.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

15.5.4. O contrato social ou equivalente, pode ser substituído por certidão simplificada expedida pela Junta Comercial dentro do prazo de validade.

15.5.5. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.5.6. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte –EPP ou Microempreendedor-MEI deverão comprovar o seu enquadramento, através de certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade não superior a 90(noventa) dias contados da data de emissão;

156. COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

15.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com CNAE compatível com o objeto da licitação, sob pena de desclassificação.

15.6.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou Alvará de localização.

15.6.3. Certidão negativa conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e da Dívida Ativa da União dentro do prazo de validade;

15.6.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual dentro do prazo de validade;

15.6.5. Certidão Negativa Municipal dentro do prazo de validade;

15.6.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei, dentro do prazo de validade;

15.6.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT dentro do prazo de validade.

15.6.8. As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

15.6.9. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.6.10. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.6.11. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

15.6.12. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

15.6.13. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

157. HABILITAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

15.7.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

158 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

15.8.1. Comprovação de que possui registro ou inscrição na Agência Nacional de Petróleo, para o exercício de atividades pertinentes ao fornecimento de combustível constante do objeto deste Edital.

159. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

15.9.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

15.9.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63, da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.9.3. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

15.10. As declarações exigidas no subitem acima serão consultadas no sistema Compras Governamentais.

15.11. A licitante não pode possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis), no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>).

15.12. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, no caso do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.13. A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

15.14. Os documentos abrangidos pelo SICAF são os relativos a:

15.14.1. Habilitação jurídica;

15.14.2. Regularidade fiscal e trabalhista;

15.14.3. Qualificação econômico-financeira;

15.14.4. Qualificação Técnica.

15.14.5. O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

- 15.14.6. Ao licitante inscrito no SICAF, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida no referido sistema, será facultada a apresentação da documentação atualizada ao Pregoeiro no momento da habilitação.
- 15.14.7. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.
- 15.14.8. Todos os documentos deverão ser apresentados:
- 15.14.9. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;
- 15.14.10. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;
- 15.14.11. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 15.14.12. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.
- 15.14.13. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.
- 15.14.14. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

16. ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO.

161. Encerrada a disputa, os licitantes classificados em 1º lugar deverão anexar em até 02 (duas) horas, no sistema do Compras Governamentais juntamente com a proposta ajustada, os documentos não abrangidos pelo SICAF, ou desatualizados nos cadastros anteriores e os documentos relativos à qualificação técnica.
162. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
163. O descumprimento do subitem acima implicará inabilitação do licitante, exceto se a consulta feita pelo Pregoeiro aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a certidão válida.

17. VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

171. Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.
172. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

18. RECURSOS.

181. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
182. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

desse direito.

183. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

184. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br.

185. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias para:

18.5.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

18.5.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

18.5.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá 05 (cinco) dias úteis para decidir.

18.5.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

186. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

187. Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

188. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no item 1.7 do presente Edital.

19. CONTRATAÇÃO.

191. Após a homologação da licitação, o contrato será enviado ao licitante vencedor para assinatura.

192. Para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

193. Na hipótese de irregularidade do registro, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital.

194. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste Edital.

195. O licitante vencedor terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento do Contrato, para devolvê-lo assinado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

196. O prazo para devolução do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município de Mariluz.

197. A pessoa que assinar o instrumento contratual deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

198. Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, executar o objeto, ou quando o mesmo não fizer a comprovação referida no item anterior, o Município de Mariluz adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, contratar com a Administração.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

201. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos da dotação orçamentária:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL			
COD. RED	CÓDIGO DA DESPESA	FONTE DE RECURSO	DESCRIÇÃO DA DESPESA
	MANUTENÇÃO DO GABINETE		
7	02.001.04.122.0002.2.003 - 3.3.90.30.00.00	01001	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA DIVISAO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
96	03.004.04.129.0003.2.013 - 3.3.90.30.00.00	01001	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA DIVISAO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS DE TRANSITO		
151	03.009.04.122.0003.2.018 - 3.3.90.30.00.00	01001	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL		
163	03.010.04.122.0003.2.019 - 3.3.90.30.00.00	01001	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
181	04.001.12.361.0005.6.021 - 3.3.90.30.00.00	1026	Material de consumo
181	04.001.12.361.0005.6.021 - 3.3.90.30.00.00	1028	Material de consumo
181	04.001.12.361.0005.6.021 - 3.3.90.30.00.00	1034	Material de consumo
181	04.001.12.361.0005.6.021 - 3.3.90.30.00.00	10430	Material de consumo
181	04.001.12.361.0005.6.021 - 3.3.90.30.00.00	30430	Material de consumo
181	04.001.12.361.0005.6.021 - 3.3.90.30.00.00	31132	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO-OUTROS REC. DA EDUCAÇÃO		
253	04.001.12.361.0005.6.028 - 3.3.90.30.00.00	01103	Material de consumo
253	04.001.12.361.0005.6.028 - 3.3.90.30.00.00	01104	Material de consumo
253	04.001.12.361.0005.6.028 - 3.3.90.30.00.00	01107	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER		
426	04.002.13.812.0007.2.048 - 3.3.90.30.00.00	01001	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
479	05.001.10.301.0008.2.054 - 3.3.90.30.00.00	01303	Material de consumo
479	05.001.10.301.0008.2.054 - 3.3.90.30.00.00	1494	Material de consumo
479	05.001.10.301.0008.2.054 - 3.3.90.30.00.00	33006	Material de consumo
479	05.001.10.301.0008.2.054 - 3.3.90.30.00.00	494	Material de consumo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA		
494	05.001.10.301.0008.2.055 - 3.3.90.30.00.00	01303	Material de consumo
494	05.001.10.301.0008.2.055 - 3.3.90.30.00.00	1494	Material de consumo
494	05.001.10.301.0008.2.055 - 3.3.90.30.00.00	31006	Material de consumo
494	05.001.10.301.0008.2.055 - 3.3.90.30.00.00	33006	Material de consumo
494	05.001.10.301.0008.2.055 - 3.3.90.30.00.00	494	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL		
516	05.001.10.302.0008.2.057 - 3.3.90.30.00.00	01303	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL		Material de consumo
610	06.001.15.452.0009.2.068 - 3.3.90.30.00.00	01001	Material de consumo
610	06.001.15.452.0009.2.068 - 3.3.90.30.00.00	10450	Material de consumo
610	06.001.15.452.0009.2.068 - 3.3.90.30.00.00	10650	Material de consumo
610	06.001.15.452.0009.2.068 - 3.3.90.30.00.00	10700	Material de consumo
610	06.001.15.452.0009.2.068 - 3.3.90.30.00.00	1510	Material de consumo
610	06.001.15.452.0009.2.068 - 3.3.90.30.00.00	1511	Material de consumo
610	06.001.15.452.0009.2.068 - 3.3.90.30.00.00	30650	Material de consumo
610	06.001.15.452.0009.2.068 - 3.3.90.30.00.00	30700	Material de consumo
610	06.001.15.452.0009.2.068 - 3.3.90.30.00.00	31510	Material de consumo
610	06.001.15.452.0009.2.068 - 3.3.90.30.00.00	31511	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE URBANISMO		
624	06.002.15.452.0011.2.071 - 3.3.90.30.00.00	01001	Material de consumo
	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
673	07.001.08.243.0012.6.082 - 3.3.90.30.00.00	1001	Material de consumo
673	07.001.08.243.0012.6.082 - 3.3.90.30.00.00	31934	Material de consumo
673	07.001.08.243.0012.6.082 - 3.3.90.30.00.00	33934	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR		
682	07.001.08.243.0013.6.083 - 3.3.90.30.00.00	01000	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA DIV. DE FUNDO DE ASSIST.SOCIAL		
710	07.001.08.244.0012.2.086 - 3.3.90.30.00.00	01000	Material de consumo
	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE		
724	07.001.08.244.0013.2.087 - 3.3.90.30.00.00	01000	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RELAÇÃO DO TRABALHO		
753	08.002.11.332.0015.2.091 - 3.3.90.30.00.00	01000	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUARIA		
764	09.001.20.122.0016.2.092 - 3.3.90.30.00.00	01001	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA		
775	09.001.20.606.0016.2.094 - 3.3.90.30.00.00	01001	Material de consumo
	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE		
789	09.002.18.541.0017.2.097 - 3.3.90.30.00.00	01001	Material de consumo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

21. SANÇÕES.

21.1. Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos casos previstos em Lei.

21.2. Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:

21.2.1. Apresentar declaração falsa: multa de 20% (vinte por cento);

21.2.2. Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 10% (dez por cento);

21.2.3. Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de 20% (vinte por cento);

21.2.4. Recusar, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar.

21.3. Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada por processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na “Dívida Ativa” para cobrança judicial.

21.4. A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade.

21.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta do Contrato.

22. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.

22.1. Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE MARILUZ-PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação, e o MUNICÍPIO DE MARILUZ-PR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.2. É facultado a Pregoeira ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

23.3. O MUNICÍPIO DE MARILUZ-PR não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

234. Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.
235. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, que decidirá com base na legislação vigente.
236. Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.
237. Na contagem dos prazos constantes do presente Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no MUNICÍPIO DE MARILUZ-PR.
238. Integram o presente Edital
- Anexo I – Termo de Referência;
 - Anexo II – Modelo de Proposta de Preço;
 - Anexo III - Declaração Unificada;
 - Anexo IV – Minuta do Contrato.
239. Fica eleito o Foro Comarca de Cruzeiro do Oeste, para solucionar eventuais litígios decorrentes desta licitação.

Mariluz, em 08 de junho de 2026.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços destinado a aquisição de Óleo diesel comum, Óleo diesel S10, Etanol, Gasolina comum e Arla, sendo o abastecimento na bomba da empresa vencedora, devendo ocorrer na sede do Município de Mariluz-PR, conforme descrição contida no termo de referência. O valor estimado para cada item segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	QTD	UNITÁRIO	TOTAL
1	ÓLEO DIESEL COMUM	LT	100.000	R\$ 6,32	R\$ 632.000,00
2	ÓLEO DIESEL S-10	LT	300.000	R\$ 6,81	R\$ 2.043.000,00
3	GASOLINA COMUM	LT	40.000	R\$ 6,61	R\$ 264.400,00
4	ETANOL	LT	100.000	R\$ 4,12	R\$ 412.000,00
5	ARLA 32, SOLUÇÃO A 32,5% DE URÉIA DE ALTA PUREZA EM AGUA DESMINERALIZADA QUE É TRANSPARENTE, NÃO TÓXICA E DE MANUSEIO SEGURO, NÃO EXPLOSIVO, NÃO INFLAMÁVEL NEM DANOSO AO MEIO AMBIENTE	LT	5.000	R\$ 3,79	R\$ 18.950,00
				TOTAL R\$ 3.370.350,00	

1.2. Valor obtido aplicando o percentual de desconto sobre preço médio de revenda da tabela de preços da ANP vigente (Período: de 31/05/2026 a 06/06/2026 – Município de Umuarama-PR)

1.3. O cálculo referente a quantidade de litros vezes o valor unitário do litro pode apresentar variação de reais ou centavos, sendo o valor máximo estimado da contratação apresentado que deve prevalecer para assinatura de contrato.

1.4. O valor final será estabelecido através de maior desconto percentual sobre a tabela de preços da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (tabela semanal – preço médio de revenda – Município de referência: Umuarama) vigente (vide tabela de preços ANP abaixo).

1.5. Na hipótese de inexistência ou indisponibilidade da Tabela Semanal de Preços de Referência do Município de Umuarama/PR para determinado período, será adotada, subsidiariamente, a Tabela Semanal de Preços de Referência do Município de Campo Mourão/PR, observando-se os mesmos critérios de apuração e divulgação dos valores.

1.6. Com relação ao item nº 05 – Arla – Será considerado o valor referente ao praticado em mercado, onde realizou-se a aferição de preços com os fornecedores que estão situados no município de Mariluz.

1.7. Tabela de preços ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

1.7.1. OLÉO DIESEL COMUM.

Arquivo Página Inicial Inserir Desenhar Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Ajuda 轻PDF Acrobat PDFelement Diga-me Compartilhamento												
Calibri 11 N I B Fontes Alinhamento Número Estilos Células Edição Suplementos Crie um PDF												
Área de Transferência												
L10 COEF DE VARIAÇÃO REVENDA												
1 A B C D E F G H I J K L M												
2 AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP												
3 SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA												
4 LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS												
5												
6 INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL												
7 COMBUSTÍVEL TODOS												
8 TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS												
9 OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'OLÉO DIESEL' SE REFERE AO OLÉO DIESEL B 5500 COMUM.												
10	DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
1933	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	TEÓFILO OTONI	OLÉO DIESEL	6	R\$lit	6,97	0,041	6,93	6,99	0,006
1934	31/05/2026	06/06/2026	PIAUÍ	TERESINA	OLÉO DIESEL	3	R\$lit	7,52	0,185	7,39	7,59	0,016
1935	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	TIMOTEO	OLÉO DIESEL	5	R\$lit	6,77	0,049	6,75	6,86	0,007
1936	31/05/2026	06/06/2026	PARANÁ	TOLEDO	OLÉO DIESEL	7	R\$lit	6,65	0,425	6,19	7,23	0,064
1937	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	TORRES	OLÉO DIESEL	4	R\$lit	6,79	0,195	6,68	6,89	0,017
1938	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	TRES CORACOES	OLÉO DIESEL	2	R\$lit	7,14	0,212	6,99	7,23	0,030
1939	31/05/2026	06/06/2026	RIO DE JANEIRO	TRES RIOS	OLÉO DIESEL	3	R\$lit	6,97	0,446	6,64	7,46	0,064
2000	31/05/2026	06/06/2026	GOIÁS	TRINDADE	OLÉO DIESEL	8	R\$lit	6,52	0,074	6,59	6,59	0,011
2001	31/05/2026	06/06/2026	SANTA CATARINA	TUBARAO	OLÉO DIESEL	6	R\$lit	6,43	0,232	6,29	6,78	0,036
2002	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBA	OLÉO DIESEL	2	R\$lit	6,63	0,087	6,59	6,67	0,009
2003	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBERABA	OLÉO DIESEL	7	R\$lit	6,64	0,399	6,14	7,31	0,060
2004	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBERLANDIA	OLÉO DIESEL	9	R\$lit	6,65	0,100	6,14	6,97	0,047
2005	31/05/2026	06/06/2026	PARANÁ	UNIJARANA	OLÉO DIESEL	7	R\$lit	6,92	0,340	5,97	6,99	0,054
2006	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UNAI	OLÉO DIESEL	2	R\$lit	6,93	0,078	6,88	6,99	0,011
2007	31/05/2026	06/06/2026	PARANÁ	UNIAO DA VITORIA	OLÉO DIESEL	7	R\$lit	7,30	0,359	6,09	7,63	0,076
2008	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	URUGUAIANA	OLÉO DIESEL	4	R\$lit	6,90	0,339	6,49	7,29	0,047
2009	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	YACARIA	OLÉO DIESEL	8	R\$lit	6,76	0,089	6,67	6,88	0,013
2010	31/05/2026	06/06/2026	BAHIA	VALENCA	OLÉO DIESEL	4	R\$lit	7,58	0,190	7,49	7,65	0,024
2011	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	VALINHOS	OLÉO DIESEL	2	R\$lit	7,04	0,636	6,59	7,43	0,090
2012	31/05/2026	06/06/2026	GOIÁS	VALPARAISO DE GOIAS	OLÉO DIESEL	4	R\$lit	6,75	0,100	6,59	6,99	0,025
2013	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	VARGINHA	OLÉO DIESEL	2	R\$lit	7,19	0,141	7,09	7,23	0,020
2014	31/05/2026	06/06/2026	MATO GROSSO	VARZEA GRANDE	OLÉO DIESEL	10	R\$lit	6,68	0,321	6,23	6,99	0,049
2015	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	VARZEA PAULISTA	OLÉO DIESEL	5	R\$lit	6,68	0,441	6,37	7,39	0,060
2016	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	VIAMAO	OLÉO DIESEL	4	R\$lit	6,99	0,163	6,83	7,09	0,024
2017	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	VICOSA	OLÉO DIESEL	2	R\$lit	7,24	0,212	7,09	7,39	0,029
2018	31/05/2026	06/06/2026	SANTA CATARINA	VIDEIRA	OLÉO DIESEL	4	R\$lit	7,22	0,030	7,19	7,26	0,004

1.7.2. OLÉO DIESEL S10

Arquivo Página Inicial Inserir Desenhar Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Ajuda 轻PDF Acrobat PDFelement Diga-me Compartilhamento												
Calibri 11 N I B Fontes Alinhamento Número Estilos Células Edição Suplementos Crie um PDF												
Área de Transferência												
L10 COEF DE VARIAÇÃO REVENDA												
1 A B C D E F G H I J K L M												
2 AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP												
3 SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA												
4 LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS												
5												
6 INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL												
7 COMBUSTÍVEL TODOS												
8 TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS												
9 OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO 'OLÉO DIESEL' SE REFERE AO OLÉO DIESEL B 5500 COMUM.												
10	DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
2371	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	SULZANO	OLÉO DIESEL S10	9	R\$lit	6,75	0,421	6,49	7,49	0,062
2372	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	TABOAO DA SERRA	OLÉO DIESEL S10	5	R\$lit	7,29	0,597	6,69	7,75	0,071
2373	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	TATUI	OLÉO DIESEL S10	8	R\$lit	7,35	0,689	6,29	7,99	0,084
2374	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	TALHATE	OLÉO DIESEL S10	11	R\$lit	6,97	0,214	6,69	7,39	0,031
2375	31/05/2026	06/06/2026	BAHIA	TEIXEIRA DE FREITAS	OLÉO DIESEL S10	5	R\$lit	7,46	0,450	7,14	7,78	0,060
2376	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	TEÓFILO OTONI	OLÉO DIESEL S10	10	R\$lit	7,17	0,093	6,99	7,29	0,013
2377	31/05/2026	06/06/2026	PIAUÍ	TERESINA	OLÉO DIESEL S10	4	R\$lit	7,56	0,150	7,39	7,63	0,020
2378	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	TIMOTEO	OLÉO DIESEL S10	5	R\$lit	6,87	0,049	6,85	6,96	0,007
2379	31/05/2026	06/06/2026	PARANÁ	TOLEDO	OLÉO DIESEL S10	10	R\$lit	7,07	0,476	6,49	7,99	0,067
2380	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	TORRES	OLÉO DIESEL S10	4	R\$lit	6,94	0,100	6,79	6,99	0,014
2381	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	TRES CORACOES	OLÉO DIESEL S10	3	R\$lit	7,52	0,254	7,37	7,62	0,024
2382	31/05/2026	06/06/2026	RIO DE JANEIRO	TRES RIOS	OLÉO DIESEL S10	4	R\$lit	6,94	0,100	6,79	6,99	0,014
2383	31/05/2026	06/06/2026	GOIÁS	TRINDADE	OLÉO DIESEL S10	8	R\$lit	6,65	0,059	6,54	6,69	0,009
2384	31/05/2026	06/06/2026	SANTA CATARINA	TUBARAO	OLÉO DIESEL S10	9	R\$lit	6,74	0,124	6,58	6,89	0,018
2385	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBA	OLÉO DIESEL S10	2	R\$lit	6,91	0,106	6,84	6,99	0,015
2386	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	UBATUBA	OLÉO DIESEL S10	7	R\$lit	7,32	0,156	6,97	7,69	0,049
2387	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBERABA	OLÉO DIESEL S10	8	R\$lit	6,93	0,400	6,50	7,69	0,058
2388	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBERLANDIA	OLÉO DIESEL S10	15	R\$lit	6,85	0,162	6,59	6,99	0,024
2389	31/05/2026	06/06/2026	PARANÁ	UNIJARANA	OLÉO DIESEL S10	7	R\$lit	6,88	0,359	6,59	6,99	0,019
2390	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UNAI	OLÉO DIESEL S10	2	R\$lit	7,14	0,212	6,99	7,29	0,030
2391	31/05/2026	06/06/2026	PARANÁ	UNIAO DA VITORIA	OLÉO DIESEL S10	4	R\$lit	7,71	0,146	7,59	7,88	0,019
2392	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	URUGUAIANA	OLÉO DIESEL S10	7	R\$lit	7,19	0,359	6,69	7,77	0,050
2393	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	YACARIA	OLÉO DIESEL S10	7	R\$lit	6,91	0,046	6,87	6,96	0,007
2394	31/05/2026	06/06/2026	BAHIA	VALENCA	OLÉO DIESEL S10	6	R\$lit	7,71	0,197	7,59	7,99	0,025
2395	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	VALINHOS	OLÉO DIESEL S10	4	R\$lit	7,24	0,351	6,89	7,39	0,049
2396	31/05/2026	06/06/2026	GOIÁS	VALPARAISO DE GOIAS	OLÉO DIESEL S10	6	R\$lit	6,87	0,103	6,59	7,39	0,045



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

1.7.3. GASOLINA COMUM

Arquivo Página Inicial Inserir Desenhar Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Ajuda 闪电PDF Acrobat PDFelement Diga-me Compartilhamento												
Calibri 11 N I S Área de Transferência Fonte Alinhamento Número Estilos Formatação Condicional Inserir Excluir Formatar Células Edição Suplementos Crie um PDF												
L10 COEF DE VARIAÇÃO REVENDA												
1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
2	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP											
3	SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA											
4	LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS											
5												
6	INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL											
7	COMBUSTÍVEL: TODOS											
8	TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS											
9	OBS: ATUALMENTE, O PRODUTO "ÓLEO DIESEL" SE REFERE AO ÓLEO DIESEL B 5500 COMUM.											
10	DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA
1140	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	TRES CORACOES	GASOLINA COMUM	3	R\$1	6,82	0,058	6,79	6,89	0,008
1141	31/05/2026	06/06/2026	RIO DE JANEIRO	TRES RIOS	GASOLINA COMUM	7	R\$1	7,23	0,053	7,19	7,29	0,007
1142	31/05/2026	06/06/2026	GOIAS	TRINDADE	GASOLINA COMUM	8	R\$1	6,94	0,000	6,94	6,94	0,000
1143	31/05/2026	06/06/2026	SANTA CATARINA	TUBARAO	GASOLINA COMUM	10	R\$1	6,79	0,115	6,69	7,09	0,017
1144	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBA	GASOLINA COMUM	4	R\$1	6,37	0,025	6,34	6,39	0,004
1145	31/05/2026	06/06/2026	SAO PAULO	UBATUBA	GASOLINA COMUM	8	R\$1	6,70	0,155	6,55	6,99	0,023
1146	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBERABA	GASOLINA COMUM	7	R\$1	6,21	0,261	5,94	6,63	0,042
1147	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBERLANDIA	GASOLINA COMUM	20	R\$1	6,51	0,143	6,07	6,59	0,022
1148	31/05/2026	06/06/2026	PARANA	UMUARAMA	GASOLINA COMUM	12	R\$1	6,61	0,134	6,41	6,85	0,020
1149	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UNAI	GASOLINA COMUM	2	R\$1	6,52	0,064	6,48	6,57	0,010
1150	31/05/2026	06/06/2026	PARANA	UNIAO DA VITORIA	GASOLINA COMUM	8	R\$1	6,81	0,201	6,59	6,99	0,029
1151	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	URUGUAIANA	GASOLINA COMUM	8	R\$1	6,51	0,150	6,29	6,63	0,020
1152	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	VACARIA	GASOLINA COMUM	8	R\$1	6,60	0,095	6,39	6,69	0,014
1153	31/05/2026	06/06/2026	RIO DE JANEIRO	VALENCA	GASOLINA COMUM	1	R\$1	6,79	0,000	6,79	6,79	0,000
1154	31/05/2026	06/06/2026	BAHIA	VALENCA	GASOLINA COMUM	6	R\$1	7,50	0,042	7,29	7,59	0,006
1155	31/05/2026	06/06/2026	SAO PAULO	VALINHOS	GASOLINA COMUM	10	R\$1	6,44	0,287	5,99	6,69	0,044
1156	31/05/2026	06/06/2026	GOIAS	VALPARAISO DE GOIAS	GASOLINA COMUM	9	R\$1	6,07	0,060	5,99	6,19	0,010
1157	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	VARGINHA	GASOLINA COMUM	10	R\$1	6,15	0,284	5,89	6,69	0,046
1158	31/05/2026	06/06/2026	MATO GROSSO	VARZEA GRANDE	GASOLINA COMUM	17	R\$1	6,45	0,199	6,27	6,79	0,031
1159	31/05/2026	06/06/2026	SAO PAULO	VARZEA PAULISTA	GASOLINA COMUM	8	R\$1	6,41	0,104	6,19	6,49	0,016
1160	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	VIAMAO	GASOLINA COMUM	6	R\$1	6,13	0,079	6,06	6,25	0,013
1161	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	VICOSA	GASOLINA COMUM	8	R\$1	6,64	0,102	6,49	6,79	0,015
1162	31/05/2026	06/06/2026	SANTA CATARINA	VIDEIRA	GASOLINA COMUM	6	R\$1	6,63	0,215	6,36	6,81	0,032
1163	31/05/2026	06/06/2026	ESPIRITO SANTO	VILA VELHA	GASOLINA COMUM	16	R\$1	6,43	0,146	6,32	6,89	0,023
1164	31/05/2026	06/06/2026	RONDONIA	VILHENA	GASOLINA COMUM	7	R\$1	7,39	0,024	7,33	7,40	0,003
1165	31/05/2026	06/06/2026	SAO PAULO	VINHEDO	GASOLINA COMUM	8	R\$1	6,44	0,159	6,17	6,59	0,025



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

1.7.4. ETANOL

COEF DE VARIAÇÃO REVENDA													
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
1	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP												
2	SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA												
3	LEVANTAMENTO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS												
4													
5													
6	INTERVALO DE TEMPO: SEMANAL												
7	COMBUSTÍVEL: TODOS												
8	TIPO RELATÓRIO: MUNICÍPIOS												
9													
10	DATA INICIAL	DATA FINAL	ESTADO	MUNICÍPIO	PRODUTO	NÚMERO DE POSTOS PESQUISADOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO MÉDIO REVENDA	DESVIO PADRÃO REVENDA	PREÇO MÍNIMO REVENDA	PREÇO MÁXIMO REVENDA	COEF DE VARIAÇÃO REVENDA	
347	31/05/2026	06/06/2026	CEARA	SOBRAL	ETANOL HIDRATADO	8	R\$/l	5,53	0,105	5,39	5,69	0,019	
348	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	SOROCABA	ETANOL HIDRATADO	13	R\$/l	5,11	0,256	3,29	4,09	0,063	
349	31/05/2026	06/06/2026	MATO GROSSO	SORISO	ETANOL HIDRATADO	6	R\$/l	4,00	0,088	3,85	4,09	0,022	
350	31/05/2026	06/06/2026	PARAIBA	SOLSA	ETANOL HIDRATADO	4	R\$/l	5,27	0,144	5,09	5,39	0,027	
351	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	SUMARÉ	ETANOL HIDRATADO	14	R\$/l	3,15	0,201	3,29	4,29	0,060	
352	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	SUZANO	ETANOL HIDRATADO	10	R\$/l	3,66	0,243	3,49	4,09	0,068	
353	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	TABOÃO DA SERRA	ETANOL HIDRATADO	8	R\$/l	4,07	0,813	3,59	5,39	0,199	
354	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	TATUI	ETANOL HIDRATADO	8	R\$/l	4,22	0,571	3,39	4,89	0,135	
355	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	TAUBATÉ	ETANOL HIDRATADO	14	R\$/l	3,77	0,205	3,43	4,09	0,054	
356	31/05/2026	06/06/2026	BAHIA	TEIXEIRA DE FREITAS	ETANOL HIDRATADO	2	R\$/l	5,07	0,113	4,99	5,19	0,022	
357	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	TEÓFILO OTONI	ETANOL HIDRATADO	10	R\$/l	4,15	0,284	3,89	4,79	0,071	
358	31/05/2026	06/06/2026	PIAUÍ	TERESINA	ETANOL HIDRATADO	5	R\$/l	4,89	0,224	4,49	4,89	0,046	
359	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	TRINÍDE	ETANOL HIDRATADO	8	R\$/l	4,49	0,153	4,19	4,79	0,034	
360	31/05/2026	06/06/2026	PARANÁ	TOLEDO	ETANOL HIDRATADO	13	R\$/l	4,02	0,358	3,59	4,79	0,084	
361	31/05/2026	06/06/2026	RIO GRANDE DO SUL	TORRES	ETANOL HIDRATADO	4	R\$/l	4,36	0,096	4,89	5,09	0,019	
362	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	TREZ CORAÇÕES	ETANOL HIDRATADO	3	R\$/l	4,14	0,296	4,59	4,89	0,045	
363	31/05/2026	06/06/2026	RIO DE JANEIRO	TRES RIOS	ETANOL HIDRATADO	7	R\$/l	5,63	0,053	5,59	5,69	0,008	
364	31/05/2026	06/06/2026	GOIÁS	TRINIDADE	ETANOL HIDRATADO	8	R\$/l	4,14	0,000	4,14	4,74	0,000	
365	31/05/2026	06/06/2026	SANTA CATARINA	TUBARÃO	ETANOL HIDRATADO	5	R\$/l	4,16	0,15	4,19	4,39	0,034	
366	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBA	ETANOL HIDRATADO	3	R\$/l	4,56	0,040	4,52	4,59	0,009	
367	31/05/2026	06/06/2026	SÃO PAULO	UBATUBA	ETANOL HIDRATADO	8	R\$/l	4,32	0,286	3,99	4,69	0,066	
368	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBERLÂNDIA	ETANOL HIDRATADO	3	R\$/l	3,32	0,325	3,19	4,69	0,063	
369	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	UBERLÂNDIA	ETANOL HIDRATADO	21	R\$/l	4,51	0,166	4,15	4,79	0,037	
370	31/05/2026	06/06/2026	PARANÁ	UNILASERAMA	ETANOL HIDRATADO	13	R\$/l	4,12	0,159	4,01	4,44	0,034	
371	31/05/2026	06/06/2026	MINAS GERAIS	URAI	ETANOL HIDRATADO	2	R\$/l	4,34	0,071	4,29	4,39	0,006	
372	31/05/2026	06/06/2026	PARANÁ	UNIAO DA VITORIA	ETANOL HIDRATADO	8	R\$/l	4,80	0,134	4,59	4,99	0,028	

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que incumbe à Administração Pública o dever de prestar serviços essenciais à coletividade, torna-se indispensável assegurar condições adequadas para que as demandas da população sejam atendidas de forma eficiente, contínua e eficaz. Nesse contexto, considerando que diversas atividades administrativas e operacionais dependem do deslocamento de servidores, municípios, máquinas, equipamentos e materiais, evidencia-se a necessidade de garantir o regular abastecimento da frota municipal, de modo a viabilizar a execução dos serviços públicos e o cumprimento das atribuições institucionais do Município.

2.2. Embora a presente contratação atenda às necessidades de todas as Secretarias que compõem a estrutura administrativa municipal, destaca-se a relevância para a Secretaria Municipal de Saúde, que utiliza frequentemente veículos para o transporte de pacientes e servidores. Em observância ao dever constitucional de assegurar o acesso à saúde, o Município realiza diariamente o deslocamento de pacientes para consultas, exames e tratamentos, tanto no âmbito municipal quanto intermunicipal, bem como promove o deslocamento de profissionais para a execução de atendimentos e acompanhamentos domiciliares, garantindo a continuidade e a efetividade dos serviços prestados à população.

2.3. Da mesma forma, o abastecimento da frota é essencial para a manutenção do transporte escolar, assegurando o deslocamento diário dos alunos das redes municipal e estadual de ensino, especialmente daqueles residentes em localidades mais distantes da área urbana. Trata-se de medida indispensável para garantir o acesso à educação, direito fundamental assegurado constitucionalmente e promovido pelo Poder Público. Ademais, os veículos e máquinas municipais desempenham papel fundamental na execução de obras, serviços de infraestrutura, manutenção de vias públicas, transporte de materiais e demais atividades necessárias ao adequado funcionamento da Administração.

2.4. Diante do exposto, conclui-se que a presente contratação possui caráter essencial e contínuo, sendo indispensável para a manutenção das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

pelo Município. Sua eventual interrupção poderá comprometer significativamente a prestação dos serviços públicos, ocasionando prejuízos ao atendimento da população e ao regular funcionamento da Administração Pública, razão pela qual sua realização mostra-se plenamente necessária e justificada.

3. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Habilitação jurídica.
- 3.2. Regularidade fiscal e trabalhista.
- 3.3. Qualificação econômico-financeira: Certidão negativa de falência.
- 3.4. Qualificação Técnica.

4. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

- 4.1. R\$ 3.370.350,00 (três milhões, trezentos e setenta mil, trezentos e cinquenta reais)

5. VIGÊNCIA

- 5.1. O presente contrato terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

6. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Os combustíveis deverão ser fornecidos através da Bomba da empresa vencedora, conforme requisição efetuada pela Secretaria de Obras e Viação do Município de Mariluz.

7. OBRIGAÇÕES

7.1. DO MUNICÍPIO DE MARILUZ-PR, CONTRATANTE

- 7.1.1. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 7.1.2. Efetuar os pagamentos nas condições, prazos e preços pactuados;
- 7.1.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da entrega dos produtos.

7.2. DA CONTRATADA

- 7.2.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação.
- 7.2.2. Designar, formalmente, um representante com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.
- 7.2.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.
- 7.2.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.
- 7.2.5. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

exigidas na licitação.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado, na forma de crédito em conta corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias, mediante emissão da nota fiscal.

8.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Município de Mariluz-PR.

8.3. O pagamento efetuado pelo Município de Mariluz não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.4. É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

9. GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A CONTRATADA deverá fornecer garantia estendida de pelo menos 12 meses.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É vedada a subcontratação do objeto.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. A fiscalização da execução contratual, ficará sob a responsabilidade do Sr. Cleverton Fábio de Oliveira – Fiscal de Contratos.

Aprovo na íntegra o termo de referência.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

ANEXO II DO EDITAL – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO. AO MUNICÍPIO DE MARILUZ-PR

PROPONENTE:

N.º CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO:

PESSOA PARA CONTATOS:

TELEFONES:

E-MAIL:

LOTE I						
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	MARCA
1		UNID.				
VALOR TOTAL (R\$)						

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

Prazo de validade de: xx (mínimo 90) dias, contados da data de abertura da licitação.

, XX de XXXXX de 2026.

Representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA

(MODELO)

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Mariluz-PR

Pregão Eletrônico nº...../2026,

1 - Declaramos para os fins de direito, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2- Declaramos, outrossim, que conhecemos as exigências de habilitação e de regularidade jurídica e fiscal e que cumprimos integralmente os requisitos previstos na Lei Federal 14.133/21;

3 - Declaramos, para todos fins de direito, que não possuímos em nosso quadro funcional menores de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, consoante art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República c/c a Lei federal nº 9854/99, de 27/10/1999, DOU de 28/10/1999.

4 - Declaramos, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5 - Declaramos para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possuo em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Mariluz, em ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa proponente)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

ANEXO IV DO EDITAL – MINUTA DO CONTRATO.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE MARILUZ - ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.404.136/0001-29, com sede na cidade de Mariluz-Pr, na Avenida Marília, 1920, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da cédula de identidade RG n.º inscrito no CPF/MF sob o n.º, residente e domiciliado nesta cidade, na CEP 87.470-000 aqui denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º xx.xx.xxx/xxxx-xx, com sede na cidade de xxxxxxxxxxxx, Estado de xxxxxxxxxxxx, à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx n.º xxxxx, CEP n.º xxxxx-xxx, xxxxxxxx, por seu representante legal infra-assinado, doravante denominada **Contratada**, firmam o presente contrato de fornecimento de conforme especificações técnicas constantes do A Edital do Pregão Eletrônico n.º2025, que reger-se-á pelas cláusulas em seguida especificadas, sob a égide da Lei n.º 14.133, de 1º/04/2021 e Decreto Municipal n.º 2.374 de 07/03/2024 e pelas demais condições estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Eletrônico n.º

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é o fornecimento de

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O preço total do(s) produto(s) () e/ou serviços () é de R\$(.....).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de(.) dias, contados de sua assinatura podendo ser prorrogado e aditado por conveniência das partes, nos termos do art. 84, da Lei n.º 14.133/21.

A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (cinquenta por cento) do valor original atualizado do contrato, que, a critério do Município de Mariluz-PR, que se façam necessários, ou a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 125 da Lei n.º 14.133/21

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E REALINHAMENTO

Para **Reequilíbrio** caberá a empresa contratada, que em decorrência de eventos imprevistos, a comprovação através de documento formal, como notas fiscais de compra, a necessidade de reequilíbrio do contrato, antes de 12 meses, para comprovar o aumento expressivo de seus custos.

O **Reajuste** ocorrerá mediante solicitação da **CONTRATADA**, o contrato poderá ser reajustado anualmente, a cada 12 (doze) meses, contados da data da sessão de abertura da licitação.

O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor ou o que for mais conveniente para a administração pública.

A prorrogação do contrato sem a solicitação de reajuste implicará preclusão do direito ao reajuste.

Caso o presente contrato seja prorrogado e venha a ter vigência superior a 01 (um) ano, poderá ele ser corrigido mediante a aplicação da variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACEITE

Após a entrega dos produtos e/ou a prestação dos serviços nas condições previstas no Edital do Pregão neste Contrato e na proposta, essas serão recebidas pela Divisão de Compras.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta-corrente, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem rasuras,

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento pelo objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias do Prefeitura Municipal de Mariluz-PR, consignadas no orçamento vigente para a aquisição do produto e/ou serviços pretendidos.

CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA DO PRODUTO E SERVIÇOS

O prazo para fornecimento será

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do **CONTRATANTE** receber o objeto deste Contrato nas condições ajustadas e da **CONTRATADA** perceber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Constituem ainda obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) esclarecer à **CONTRATADA** toda e qualquer dúvida ou exigência, em tempo hábil, com referência à execução do serviço contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

c) manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado, advertindo-a de eventuais irregularidades.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constituem ainda obrigações da CONTRATADA:

a) fornecer os produtos ou executar os serviços em conformidade com a necessidade e requisição da Divisão de Compras e Patrimônio do Município.

b) responsabilizar-se pelo valor total da mão-de-obra (se for o caso) necessária para o fornecimento do material e execução do objeto contratual, inclusive em horários extras ao funcionamento das atividades do CONTRATANTE (incluídos os sábados e domingos) e por todos os encargos sociais, despesas de frete, tributos, seguros, e equipamentos necessários à prestação dos serviços;

c) responsabilizar-se pela integral prestação contratual, inclusive quanto às obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor;

d) atender aos encargos trabalhistas;

e) assumir total responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução do serviço contratado, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que eventualmente possa surgir;

f) manter sempre por escrito com o CONTRATANTE os entendimentos sobre o objeto contratado, ressalvados os casos determinados pela urgência, cujos entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis;

g) reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação expedida pela Divisão de Compras, atestando inadimplemento contratual, de acordo com o disposto no art. 119, da Lei nº 14.133/21;

h) manter durante a execução deste Contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como em compatibilidade com as obrigações assumidas;

i) apresentar cópia autenticada em cartório do ato constitutivo, estatuto ou Contrato social e certidões negativas perante os fiscos nacional, estadual e municipal, bem como perante a Previdência Social e FGTS, sempre que houver alteração; e

j) efetuar (se for o caso) o pagamento de seguros, remuneração de seus empregados, encargos previdenciários, fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste Contrato.

k) Emissão, recolhimento e apresentação de certidões de regularidade, sempre que solicitado.

l) A CONTRATADA deverá garantir que os produtos a serem fornecidos, serão novos, de fabricação recente e da melhor qualidade em sua espécie, para o fim a que se destina;

m) Responder pelo reparo, às suas custas, de qualquer dano decorrente dos serviços prestados seja este dano ocasionado por empregados ou prepostos, ao Contratante ou a Terceiros;

n) Durante o período de garantia a contratada deverá substituir toda a unidade, parte, peça que apresentar defeito de fabricação, instalação ou quaisquer divergências com as especificações fornecidas, bem como, realizar reparos, ajustes, modificações e/ou substituições, sem ônus para o Município de Mariluz, excetuando-se aqueles provenientes exclusivamente de manutenção inadequada. As substituições ou reparos deverão ser efetivados pela contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação por escrito pela Divisão de Compras.

PARÁGRAFO SEGUNDO - à PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ-PR não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços/produtos considerados inadequados pela Divisão de Compras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I – Os licitantes devem observar e o contrato deve observar e fazer, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual para os propósitos do Item 6.1.2.16; definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de fomento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro unilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicados possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao gestor do Contrato, na pessoa do titular da Divisão de Compras a fiscalização e cumprimento, das condições estipuladas neste Contrato,

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste Contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo de até 02 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por prazo não superior a 05 (cinco) anos, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao Município de Mariluz, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos casos previstos em Lei.

I-Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:

II-Apresentar declaração falsa: multa de 20% (vinte por cento);

III-Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 10% (dez por cento);

IV-Não manter sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de 20% (vinte por cento);

V-Recusar, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar.

VI- Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada por processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na “Dívida Ativa” para cobrança judicial.

VII-A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade.

PARÁGRAFO QUARTO - As multas e sanções, exceto a de mora, serão aplicadas após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada da(s) fatura(s) emitida(s) pela CONTRATADA ou, se insuficiente, mediante execução direta, caso seja impossível a compensação com faturas vincendas.

PARÁGRAFO QUINTO - O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do MUNICÍPIO DE MARILUZ-PR.

PARÁGRAFO SEXTO: A contratada se obriga, com fulcro no art. 416, parágrafo único, do Código Civil, a indenizar integralmente o Município de Mariluz, caso a Cláusula Penal prevista nos parágrafos segundo e terceiro supra sejam insuficientes à recomposição integral do prejuízo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Extinção deste Contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICIPIO DE MARILUZ-PR, nos casos enumerado no inciso I e § 1º do art. 138 da Lei nº 14.133 de 2021.

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o MUNICIPIO DE MARILUZ-PR; ou

III - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de decisão escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO – Ao MUNICIPIO DE MARILUZ-PR é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 138;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita por meio de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS GARANTIAS E MANUTENÇÃO DOS MATERIAIS, SERVIÇOS E/OU EQUIPAMENTOS

Todas as garantias contam somente a partir da data do Termo de Aceite dos serviços, equipamentos e materiais, emitido pela Secretaria diretamente envolvida.

Parágrafo Primeiro: Garantias do Equipamento: a contratada deverá prestar GARANTIA respectiva contra defeitos no prazo de..... (.....) meses.

Parágrafo Segundo: na eventualidade de necessidade de assistência técnica aos equipamentos/produtos fornecidos, o atendimento deverá ser prestado até o próximo dia útil a partir dos registros dos chamados, e a solução total do problema, no prazo máximo de 24 horas a partir dos registros dos chamados.

Parágrafo Terceiro: para registro dos chamados de assistência e/ou suporte técnico, a proponente deverá disponibilizar pelo menos uma linha de chamada . O atendimento do suporte técnico descrito nos itens deverá ser prestado em língua portuguesa e realizado pela equipe técnica especializada do fabricante ou de prestadora de serviço certificada pelo fabricante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS E DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO PRESENTE CONTRATO

Eventuais omissões e dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente Contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município de Mariluz, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 89, § 1º, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Cruzeiro do Oeste, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Mariluz, em de.....de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF Nº

2 - _____
CPF